

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA  
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Os Trabalhadores dos Empreendimentos Econômicos Solidários de  
Manaus: Características Socioeconômicas e Demográficas

Bolsista FAPEAM: Priscila da Costa Oliveira

MANAUS

2015

Os Trabalhadores dos Empreendimentos Econômicos Solidários de  
Manaus: Características Socioeconômicas e Demográficas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA  
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO FINAL

PIB-AS-0024/2014

Os Trabalhadores dos Empreendimentos Econômicos Solidários de  
Manaus: Características Socioeconômicas e Demográficas

Bolsista FAPEAM: Priscila da Costa Oliveira-

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Msc. Enimar Jerônimo Wendhausen

MANAUS

2015

Todos os direitos deste relatório são reservados á Universidade Federal do Amazonas, ao Núcleo de Estudo e Pesquisa em Economia do Desenvolvimento Regional e aos seus autores. Parte deste relatório só poderá ser reproduzida para fins acadêmicos e científicos.

Esta pesquisa, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal do Amazonas, foi desenvolvida pelo Núcleo de Estudo e Pesquisa em Ciência e Informação e se caracteriza como subprojeto de Pesquisa Bibliotecas digitais.

## Resumo

O segmento social dos catadores de material reciclável integra o cenário urbano do Brasil, desde o século XIX, demonstrando que tal fenômeno acompanhou o processo de urbanização do país. Os catadores são pessoas que encontram na atividade de coleta de resíduos a única alternativa para a sua sobrevivência por meio do trabalho, dadas as restrições que lhes são impostas pelo mercado de trabalho formal. Os homens e mulheres que sobrevivem do trabalho com resíduos sólidos são representantes de uma camada da população que se encontra à margem da sociedade. As precárias condições de trabalho, a falta de acesso a políticas públicas e, principalmente, a própria realização das suas atividades na coleta dos resíduos são agravantes para a manutenção desse caráter excludente. A pesquisa teve como objetivo geral identificar as principais características socioeconômicas e demográficas dos trabalhadores que desenvolvem a coleta e a reciclagem de resíduos sólidos no Estado do Amazonas. Apresentaram-se como objetivos específicos: a) Identificar o número de empreendimentos solidários existentes no município de Manaus; b) Verificar as características demográficas dos trabalhadores de coleta e reciclagem, tais como: sexo, idade, raça/cor; c) averiguar a situação educacional desses trabalhadores; e d) analisar o nível de renda dos catadores(as) de material reciclável. A pesquisa pode ser definida como descritiva pelo fato de apresentar as características de uma determinada população; no caso, os trabalhadores e as trabalhadoras dedicados à atividade de coleta de material reutilizável do Estado do Amazonas e a relação entre determinadas variáveis, tais como: sexo, idade, raça/cor, entre outras. Assim como é exploratória porque proporcionou uma visão geral acerca do perfil dos catadores de material reutilizável. Constatou-se que o universo de trabalhadores que se reconhecem, como catadores, no Amazonas, são majoritariamente do sexo masculino e que se autodenominam negros ou pardos, com relações de trabalho marcadas pela informalidade, com baixa escolaridade e residentes em áreas urbanas. A realidade verificada no Amazonas não destoia da realidade desses trabalhadores em comparação ao restante do país.

**PALAVRAS-CHAVE:** EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS, CATADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS, AMAZONAS.

## ABSTRACT

The social group of waste pickers part of the urban setting in Brazil, since the nineteenth century, demonstrating that such a phenomenon accompanied the country's urbanization process. The collectors are people who are in the only alternative waste collection activity for their survival through work, given the constraints imposed on them by the formal labor market. The men and women who survive working with solid waste are representatives of a segment of the population that is on the margins of society. The poor working conditions, lack of access to public policy and, especially, the actual realization of its activities in the collection of waste is aggravating to maintain this exclusive character. The research aimed to identify the main socioeconomic and demographic characteristics of workers who develop the collection and recycling of solid waste in the state of Amazonas. They presented themselves as specific objectives: a) Identify the number of solidarity enterprises in the city of Manaus; b) Check the demographic characteristics of workers collecting and recycling such as: gender, age, race/color; c) determine the educational situation of these workers; d) to analyze the level of income of collectors (as) of recyclable material. Research can be defined as descriptive because this has the characteristics of a given population; in this case the male and female workers dedicated to the reusable material collection activity of Amazonas state and the relationship between certain variables, such as gender, age, race/color, among others. As well as exploratory because it provided an overview about the profile of recyclable material collectors. It was found that the universe of workers who see themselves as collectors, in the Amazon, are mostly male and calling themselves black or brown, with working relations marked by informality, poorly educated and living in urban areas. The reality verified in the Amazon does not clash with the reality of these workers compared to the rest of the country.

**KEYWORDS:** DEVELOPMENTS SOLIDARITY, SOLID WASTE COLLECTORS, AMAZON.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Catadores (as) em números absolutos- região Norte.....	31
Gráfico 2- Percentual de catadores (as) por faixa etária-região Norte.....	31
Gráfico 3- Percentual de homens e mulheres na atividade de reciclagem.....	33
Gráfico 4- Percentual de catadores (as) por raça/cor-Brasil e regiões.....	34
Gráfico 5- Percentual de catadores (as) por raça/cor -região Norte.....	35
Gráfico 6- Total de residentes em domicílios com pelo menos um catador (a).....	36
Gráfico 7- Formalização da força de trabalho no setor de coleta de material reciclável.....	38
Gráfico 8- Rendimento médio do trabalho de catadores e catadoras.....	39
Gráfico 9- Desigualdade de renda do trabalho entre os catadores (índice de Gini).....	40
Gráfico 10- Percentual de residentes entre extremamente pobres em domicílios com pelo menos um catador (a) (menos de R\$70 per capita).....	41

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Distribuição regional dos empreendimentos de economia solidária no setor de reciclagem.....	30
Tabela 2- Catadores por faixa etária- Regiões e Brasil (em %).....	31
Tabela 3- Homens e mulheres na atividade de reciclagem-Regiões e Brasil.....	31
Tabela 4- Catadores e catadoras residentes em áreas urbanas e rurais.....	35
Tabela 5- Razão de dependência de crianças em domicílios com pelo menos um catador(a).....	37
Tabela 6- Taxa de analfabetismo entre os (as) catadores(as).....	41



## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
1.1 Justificativa .....	11
1.2 Objetivos.....	12
1.2.1 <i>Objetivo geral:</i> .....	12
1.2.2 <i>Objetivos específicos:</i> .....	12
1.3 Metodologia.....	13
2 REVISÃO DA LITERATURA .....	14
2.1 Os impactos da política neoliberal sobre os trabalhadores .....	14
2.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS.....	17
2.2.1 Economia Solidária: histórico e definições .....	18
2.3 Empreendimentos Econômicos Solidários: definições e classificação .....	21
2.3.1 <i>Associação e Cooperativa</i> .....	23
3 OS CATADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS E OS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS .....	24
3.1 A Situação Social e demográfica dos catadores (as) de material reciclável e reutilizável - Brasil, Região Norte e Amazonas .....	30
3.2 Trabalho, educação e renda .....	37
4 CONCLUSÃO.....	42
5. REFERÊNCIAS .....	44
6. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES.....	49

## 1 INTRODUÇÃO

A transformação tecnológica ocorrida na década de 1970, denominado terceira revolução industrial; assim como às inovações organizacionais realizadas pelas empresas na década de 1980 e as crises vivenciadas pelo sistema capitalista, exerceram um grande impacto sobre os empregos gerados tanto na economia mundial como na economia brasileira. No Brasil, além dos fatores destacados, elementos como: inflação elevada e dívida interna e externa afetaram os empregos produzidos, não apenas a qualidade desses, como também em relação à quantidade.

O mundo e o Brasil passaram a observar, em relação ao mercado de trabalho, a eliminação de alguns postos de trabalho e o surgimento de outros. Assim como, uma maior concorrência entre os trabalhadores e um mercado mais exigente em relação à qualificação e especialização dos ofertantes de trabalho.

A instabilidade do mercado de trabalho passou a atingir a todos, principalmente as mulheres, os jovens, os negros e pessoas com idade superior a 40 anos e com baixa escolaridade. Os excluídos do mercado de trabalho passam a viver de forma precária e enfrentam dificuldades para ingressar ou retornar ao mercado de trabalho formal.

Diante desse cenário, a Economia Solidária passa a ser apontada por alguns como uma das ações públicas para enfrentar a exclusão de trabalhadores do processo produtivo. Enquanto outros afirmam que essa outra economia, nada mais é do que uma forma de manter os indivíduos que participam dos empreendimentos solidários, pessoas acomodadas e que permanecem em situação de desvantagem na economia de mercado, com baixo nível de rendimento, baixa escolaridade e condições precárias de trabalho.

É importante ressaltar que não há um consenso quanto ao conceito de Economia Solidária. De acordo com Carpi (1997) *apud* Morais (2007), o interesse pela Economia Social e Solidária (ESS) surge a partir dos anos 1970, com as transformações socioeconômicas ocorridas neste período, diante de um contexto de incertezas, inseguranças, tensões sociais e políticas, além da incapacidade do Estado e do mercado para enfrentar tal situação. Por sua vez, autores como Vainer (2000) se posicionam contra a ideia de ESS como alternativa de enfrentamento da crise do emprego e do Estado do Bem-Estar (MORAIS, 2007, p.4).

O termo Economia Social e Solidária (ESS) não é utilizado no Brasil. Contudo, independentemente da terminologia utilizada e das dificuldades de conceituação, afirma-se que:

[...] a criação de entidades de Economia Social e Solidária constitui um vigoroso “antídoto” contra os efeitos mais perniciosos da globalização, uma vez que a ESS contempla não somente as pessoas necessitadas como “beneficiárias passivas”, mas também proporciona aos cidadãos a possibilidade de agirem como “protagonistas ativos” de seu próprio destino (MONZÓN, 2004 apud MORAIS, 2007, p.4).

Sendo ou não uma solução para os indivíduos excluídos econômica e socialmente ou ser um amortizador dos problemas gerados pelo capitalismo, a verdade é que são inúmeras as pessoas que participam dessa “outra economia”, como também é denominada a Economia Solidária. Mas, quem são os indivíduos que buscam nos empreendimentos solidários uma nova trajetória para as suas vidas?

Segundo o Atlas da Economia Solidária (2009), 37,3% dos participantes dos empreendimentos econômicos solidários, considerando a época da pesquisa (2005-2007), eram do sexo feminino, enquanto 62,78% pertenciam ao sexo masculino. Na região Norte, a participação feminina era de 39,5%, contra 60,5% do sexo masculino. No entanto, na zona urbana da região Norte a participação feminina predomina, chegando a 55,2%.

## **1.1 Justificativa**

Homens e mulheres que sobrevivem do trabalho com resíduos sólidos são representantes de uma camada da população que se encontra à margem da sociedade. As precárias condições de trabalho, a falta de acesso à políticas públicas e, principalmente, a própria realização das suas atividades na coleta dos resíduos são agravantes para a manutenção desse caráter excludente.

No entanto, o trabalho com a coleta e a reciclagem dos resíduos sólidos se apresenta de certa forma contraditória, pois ao mesmo tempo em que exclui, também é uma fonte de inclusão para aqueles que se encontram à margem da sociedade. Essa atividade passa a ser considerada uma alternativa de renda para quem não está inserido

no mercado de trabalho formal e para os que não possuem os requisitos necessários, segundo esse mercado, para dele participar.

Apesar de estudos que abordam a temática dos catadores de material reutilizável no Brasil, poucos são os trabalhos que discutem essa questão no âmbito regional e local. Tendo isso em mente, verifica-se a necessidade de estudos que forneçam informações sobre quem são esses trabalhadores – idade, nível de escolaridade, renda entre outros aspectos – e as condições de trabalho a que estão submetidos.

Assim, a realização da pesquisa é relevante pelo fato de levar informações não apenas para a comunidade acadêmica, como também para os gestores públicos e para a sociedade como um todo, sobre o perfil socioeconômico e demográfico daqueles que exercem as suas atividades de coleta e reciclagem de resíduos sólidos no Estado do Amazonas.

## **1.2 Objetivos**

### *1.2.1 Objetivo geral:*

Identificar as principais características socioeconômicas e demográficas dos trabalhadores que desenvolvem a coleta e a reciclagem de resíduos sólidos no Estado do Amazonas.

### *1.2.2 Objetivos específicos:*

- a) Identificar o número de empreendimentos solidários existentes no município de Manaus;
- b) Verificar as características demográficas dos trabalhadores de coleta e reciclagem, tais como: sexo, idade, raça/cor;
- c) averiguar a situação educacional desses trabalhadores; e
- d) analisar o nível de renda dos catadores(as) de material reciclável.

### 1.3 Metodologia

A pesquisa pode ser definida como descritiva pelo fato de apresentar as características de uma determinada população; no caso, os trabalhadores e as trabalhadoras dedicados à atividade de coleta de material reutilizável do Estado do Amazonas e a relação entre determinadas variáveis, tais como: sexo, idade, raça/cor, entre outras. Assim como é exploratória porque proporcionou uma visão geral acerca do perfil dos catadores de material reutilizável.

Tratou-se de um estudo quantitativo pelo fato das informações serem de natureza numérica, além de medir a extensão dos fatos; ou seja, ordenar, classificar e comparar algumas dessas variáveis.

Realizou-se pesquisa bibliográfica e documental, com relação a essa última, a mesma foi fundamentada em dados que não receberam nenhum tratamento analítico, a exemplo de dados censitários (GIL, 2000).

Sendo assim, foram utilizados dados secundários, oriundos do Censo demográfico de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir do banco de dados do Sistema IBGE de Dados Agregados (SIDRA), do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), além das publicações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

A pesquisa tinha como proposta inicial abordar o perfil socioeconômico demográfico dos catadores (as) organizados em empreendimentos solidários – associações e/ou cooperativas – localizadas no município de Manaus. Os dados seriam extraídos do relatório da pesquisa intitulada “Políticas Públicas e Empreendimentos Solidários: O caso de Manaus”, aprovada no Edital 021/2011 da FAPEAM. No entanto, não foi possível obter essas informações antes da apresentação do presente relatório. Assim como, o fato dos dados disponíveis no Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) não apresentarem as informações necessárias para tal fim. Sendo assim, pode-se afirmar que o resultado da pesquisa foi atingido parcialmente em virtude dos fatos mencionados anteriormente.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

Nesta seção será discutida como a adoção da política neoliberal no Brasil e a reestruturação produtiva causada pela abertura da economia brasileira, na década de 90, prejudicaram o mercado de trabalho nacional, provocando grande precarização das atividades produtivas e aumentando o número de trabalhadores desempregados. Os principais autores que tratam com maestria o tema e que serão utilizados para a discussão são Gennari (2011), Singer (2002) e Eidelwein (2011).

### 2.1 Os impactos da política neoliberal sobre os trabalhadores

A sociedade brasileira passou a conviver na década de 1990 com a política neoliberal implementada pelo governo brasileiro. De acordo com Anderson (1995) os neoliberais defendiam a ideia de que os sindicatos e o movimento operário eram responsáveis por diminuir os níveis de lucros das empresas, causando assim a destruição das bases do capitalismo. Ainda de acordo com o autor, os neoliberais propunham a intervenção estatal apenas em situações convenientes: o Estado deveria se manter forte para poder reprimir e romper com o poder sindical, além de estabilizar a circulação monetária, porém deveria ser parcimonioso em relação aos gastos sociais.

A política neoliberal foi implantada no Chile, no período ditatorial de Pinochet, mas foi na Inglaterra, no governo de Margaret Thatcher, que ganhou sua formulação definitiva, transformando-se em modelo para organismos de regulação internacional como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

Na América Latina o ideal neoliberal conquistou força com a realização do Consenso de Washington, em novembro de 1989, na capital dos Estados Unidos, onde foi sistematizado. A proposta básica do Consenso de Washington, firmada no princípio de que o mercado é autorregulável, era reduzir drasticamente a participação do Estado e enfraquecer o conceito de Nação enquanto aumentava ao máximo a abertura à importação de bens e serviços e a entrada de capitais de risco. As diretrizes econômicas que se delinearão no Consenso de 1989 abrangiam as seguintes áreas:

- 1) controle fiscal; 2) priorização dos gastos públicos; 3) reforma tributária; 4) liberalização financeira; 5) regime cambial; 6) liberalização comercial; 7) investimento estrangeiro; 8) privatização; 9) desregulação das relações trabalhistas e; 10) propriedade intelectual (GENNARI, 2011, p.22).

No Brasil, o ideário neoliberal, funcionou como um instrumento ideológico de dominação. Nos anos 1990 a política econômica externa brasileira passou a seguir o modelo neoliberal, ancorado na teoria de que o mercado é o mais eficiente organizador social (HAYEK, 1977; APUD GENNARI, 2011) A política neoliberal adotada pelo governo brasileiro reconfigurou as bases de acumulação de capital no Brasil, fundado num novo patamar de subordinação ao capital financeiro internacional, somado ao crescimento exponencial do exército industrial de reserva.

A formação do exército de trabalhadores de reserva segue a forma de uma estrutural e secular economia de subsistência que acompanha a economia agrário-exportadora e assume o aspecto de informalidade no processo de industrialização. Na origem dos trabalhadores pobres e despossuídos do século XXI encontram-se resquícios do trabalho escravo e dos trabalhadores da economia de subsistência. Segundo Gennari *apud* (DELGADO, 2004, p, 56), o setor de subsistência sobreviveu no Brasil “por ser um subsistema independente do escravismo e por possuir autonomia a monocultura exportadora”.

Nos anos 80, com o fim do ciclo de expansão industrial e do processo de urbanização, o mercado de trabalho formal absorveu 55,6% da População Economicamente Ativa (PEA). Enquanto a parcela dos trabalhadores inserida no mercado informal, tende a crescer nessa fase do capitalismo globalizado, mantendo um exército de pobres e miseráveis no interior das economias mais ricas do mundo.

Seguindo as diretrizes do Consenso de Washington, o governo Collor, no início dos anos 90, implementou no Brasil uma política econômica e uma política externa que marcou a trajetória do desenvolvimento brasileiro. Essa política de estabilização, com características neoliberais, articulava o combate à inflação com a implantação de reformas estruturais na economia, no Estado e no relacionamento do país com o resto do mundo (GENNARI, 2011, p.30).

A reforma comercial que eliminou os controles quantitativos e administrativos e a redução tarifária sobre importações, ocorrida no final da década de 80, foi o marco inicial da abertura econômica brasileira que se intensificou nos anos 90. Somada a essa reforma comercial, o esgotamento do modelo de substituição de importações e da desregulamentação do mercado internacional contribuiu para a reestruturação da economia brasileira.

Sob a direção do governo Collor, iniciou-se no Brasil, o mais intenso processo de abertura comercial já registrado desde os anos 30 quando houve a mudança de eixo

dinâmico. Porém, foi com o presidente Fernando Henrique Cardoso que o processo de privatização e liberalização foi realmente intensificado, tendo como elemento central a política externa, o que tornou toda a política governamental refém do financiamento internacional. Efetivamente, a abertura comercial, a falta de políticas industriais e agrícolas, a sobrevalorização do real e os elevados juros prejudicaram o crescimento do conjunto da economia devido a desvantagem da produção nacional diante da concorrência internacional (GENNARI,2011).

As empresas nacionais, diante da baixa competitividade em relação aos produtos externos, passaram a terceirizar as atividades, fecharam unidades, racionalizaram a produção, importaram máquinas e equipamentos, buscaram transferir o controle acionário e reduziram os custos realizando demissões (GENNARI, 2011, p.32).

A fragmentação do mercado de trabalho com trabalhadores assalariados a tempo integral de um lado e trabalhadores em condições precárias de outro, passou a estruturar o mundo laboral moderno. A flexibilidade do sistema de produção evidencia a chamada “subproletarização tardia”. Nesta subproletarização estão inseridos dois grupos de trabalhadores: a) a dos assalariados menos especializados e com menos oportunidades de progressão na carreira e; b) os dos trabalhadores com vínculos de trabalho precários. No Brasil a precariedade laboral é associada ao trabalho na economia informal. Essa forma de economia está ligada à atividades laborais desenvolvidas sem estarem amparadas pela regulamentação advinda do Estado (GENNARI, 2011, p.33)

Os trabalhadores informais relacionam-se estreitamente com o exército industrial de reserva, parcela da classe trabalhadora que se tornou supérflua para a própria acumulação do capital. Esses trabalhadores, considerados supérfluos, desnecessários ou despreparados, passam a ser tratados pela sociedade como perdedores. E conforme afirma Singer (2002), o capitalismo segrega os atores sociais entre perdedores e vencedores, criando uma apologia que vangloria a posição dos “ganhadores” (ou os melhores competidores) e relega os perdedores à imperceptibilidade.

Ao mesmo tempo, quando esses indivíduos não conseguem subsidiar a própria sobrevivência, eles se tornam seres invisíveis nesse sistema que perpetua a desigualdade, deixando de ser alguém e passam a ser imediatamente colocado a margem da sociedade.

Os discursos ideológicos sobre emprego e desemprego tiram o foco sobre a desigualdade estrutural do sistema e reforçam o pilar da ideologia capitalista que prega que todos são iguais e podem alcançar o sucesso com o trabalho árduo. Esse discurso gera



nos indivíduos uma “(auto)cupabilização” por sua condição social (EIDELWEIN,2011, p.51).

De acordo com a ideologia dominante, a necessidade de qualificação é potencializada pelas novas tecnologias de informação e comunicação e pela descentralização dos processos produtivos. No entanto, por mais que os trabalhadores se qualifiquem não há garantias de reinserção no mercado formal de trabalho. Isso pela razão de o “desemprego ser uma questão social de ordem estrutural que atinge trabalhadores independentemente de suas habilidades pessoais e não uma fatalidade de ordem individual” (DEJOURS, 1999; APUD EIDELWEIN, 2011).

Os trabalhadores desempregados carregam a errônea ideia de que seus esforços não foram suficientes para garantir uma posição socialmente reconhecida no mercado de trabalho. Por isso, são considerados sujeitos desnecessários, sem valor econômico e social. A valorização do indivíduo só é garantida quando o mesmo participa das redes de trocas sociais, seja por seu poder de consumo ou por pertencimento na organização do trabalho.

Os trabalhadores excluídos do mercado de trabalho formal vivenciam o processo de produção ao realizarem atividades informais, que muitas das vezes são precárias, visando garantir as condições necessárias de subsistência. Devido à precariedade enfrentada, a vontade do trabalhador de voltar a se inserir no mercado de trabalho formal é ainda grande diante das garantias materiais e dos direitos trabalhistas, já que o exercício do trabalho informal não permite o acesso a direitos garantidos para os trabalhadores (EIDELWEIN,2011, p.54). Por sua vez, os trabalhadores que se encontram no mercado de trabalho informal muitas vezes não conseguem se inserir no mercado de trabalho formal, pelo fato de não possuírem qualificação suficiente ou por não apresentarem as características pessoais necessárias à exigência desse mercado.

Nesse contexto, o trabalhador por si só tem que resolver a questão da sua subsistência não mais pelo emprego formal. Tal contexto não é novidade na realidade brasileira, que de acordo com Eidelwein (2011), nunca experimentou o pleno emprego. A pobreza e a desigualdade social são fenômenos que acompanham a sociedade brasileira desde a sua constituição, criando solo propício para o desenvolvimento de uma economia popular “sustentada em práticas associativas familiares e comunitárias” que se constituiu como estratégia de enfrentamento e resistência contra a pobreza: a economia solidária.

## 2.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS

Nesta seção será discutida a origem da Economia Solidária e seus principais conceitos. No tópico seguinte será abordado como a ES vem se desenvolvendo no Brasil, desde de 1980, e o destaque que o país vem ganhando desde que iniciou suas práticas em Economia Solidária. Outro ponto que também será discutido nessa seção será sobre a conceituação e a classificação de empreendimentos solidários. Os principais autores que serão utilizados para a discussão são Veiga (2001), Singer (2002), Lima(2013), Santana (2009), Culti (2010), Tedesco (2011) e Laville (2009).

### **2.2.1 Economia Solidária: histórico e definições**

A Economia Solidária apresenta-se como alternativa de sustentabilidade dentro do capitalismo, sem a pretensão de se “instituir outra ordem de produção das condições materiais para além do capital” (EIDELWEN, 2011, p.57). No entanto, há contradições nesse discurso já que para outros autores a experiência da economia solidária pode sim levar a instituição de outra ordem social, pois o trabalho realizado dentro dessa outra economia organiza-se de forma cooperativa, sob os princípios da democracia participativa, autogestão e solidariedade.

A economia solidária surgiu um pouco depois do capitalismo industrial, em pleno século XIX, na Europa, como forma de reação ao empobrecimento dos artesãos que com a introdução das máquinas a vapor no processo de produção passaram a vivenciar mudanças na sua relação com o trabalho (SINGER, 2002, p.24).

O pioneiro no pensamento econômico solidário foi o industrial britânico Robert Owen, que em plena efervescência do capitalismo, destoou do ideário vigente na mentalidade dos proprietários do capital da época e propôs uma configuração diferente nas relações estabelecidas entre os trabalhadores e seus patrões.

Diferentemente dos outros capitalistas que exploravam plenamente os seus trabalhadores, Owen diminuiu a jornada de trabalho dos seus funcionários e proibiu o emprego de crianças nas suas fábricas. Além de oferecer escolas para as mesmas (SINGER, 2002, p.25). As medidas adotadas por Owen aumentaram a lucratividade e a produtividade dos trabalhadores empregados em suas empresas, apesar dos gastos adicionais, Owen ganhou notoriedade e prestígio até entre os capitalistas mais céticos.

Com a desaceleração da indústria bélica na Grã Bretanha, o país enfrentou uma grave recessão econômica. Uma das consequências dessa crise fora o aumento na taxa do desemprego, causado pela falta de demanda por armamentos e pelos produtos que davam

suporte a essa indústria. Sem demanda não existia a necessidade de manter os trabalhadores em seus postos de trabalho, logo um contingente de desempregados maior foi gerado e maiores foram os níveis de pobreza e exploração daquela população.

A partir deste panorama Owen propôs um plano que previa fundos de sustento aos pobres e desempregados. Esse fundo objetivava restabelecer o crescimento das atividades econômicas, utilizando o dinheiro para a construção de aldeias cooperativas e não apenas distribuindo aos mais necessitados. Owen defendia uma política de inclusão social e não o assistencialismo governamental, pois o dinheiro investido seria devolvido aos cofres públicos. Ele esperava que os trabalhadores das aldeias cooperativas trabalhassem apenas retirando o necessário para a subsistência, enquanto os excedentes da produção, realizados na terra ou na indústria, poderiam ser trocados em outras aldeias cooperativas.

No entanto, o plano proposto por Owen foi negado pelo governo britânico por não oferecer vantagens à classe dominante. Se realmente fosse implantado, o conjunto de propostas de Owen causaria uma mudança na estrutura do sistema capitalista e na sua relação com o lucro.

Alguns autores que analisam a economia solidária, afirmam que as práticas econômicas baseadas nos princípios da solidariedade e igualdade entre os seus participantes existiram desde antes da Revolução Industrial, principalmente, em comunidades consideradas primitivas. Portanto, admitem que seria equivocada conceber que a criação da economia solidária fora fruto somente do movimento dos operários europeus, sendo necessário reconhecer que a denominação de economia solidária aconteceu apenas no século XX (LAVILLE, 2009, p. 162).

A economia solidária é uma forma alternativa de produção, consumo e comercialização fundamentada na valorização do homem em detrimento do capital. Baseia-se no associativismo, cooperativismo, na autogestão e na retirada igualitária entre todos os membros associados em cooperativa.

As propostas das organizações de economia solidária consistem em resolver os problemas da sobrevivência imediata a partir da construção de novas formas de participação política que conflitam com o modelo de heterogestão e propriedade privada dos meios de produção. Em suma propõem uma nova forma de desenvolvimento socioeconômico (SANTANA, 2009, p.76).

A economia solidária de acordo com a análise de Culti (2010, p.1):

[...] é uma reação onde o agir coletivo se coloca como uma alternativa possível para os trabalhadores que estão, em sua grande maioria, excluídos do mercado de trabalho formal e do consumo. Nela, eles se organizam pela via da solidariedade e trabalho coletivo [...]

Com a economia solidária vislumbra-se a possibilidade de superação da pobreza e das desigualdades geradas pelo capitalismo. Pois, cria trabalho emancipado que empodera a população, transformando as estruturas das relações socioeconômicas causando a democratização e superando as dificuldades do trabalho em relação ao capital (BRASIL, 2006).

Santana (2009) ao analisar a economia solidária observou que ela desenvolve formas de participação coletiva para enfrentar problemas públicos presentes nas comunidades excluídas, ou seja, ela tem a dimensão social como fim. Além disso, busca construir demanda e oferta nessas comunidades, pois as mesmas não atraem a atenção das empresas capitalistas. Essas comunidades se utilizam de suas necessidades para superar a escassez de bens e serviços, desenvolvendo cadeias sócio-produtivas de consumo e produção.

Por sua vez, enquanto alguns autores destacam as benesses da economia solidária para sociedade, outros, principalmente, os que seguem a linha de pensamento da escola neoclássica discordam da relevância desta para a transformação social. Em vez de percebê-la como uma alternativa substancial para superação da lógica capitalista, acaba lhe atribuindo um papel de funcionalidade em relação ao sistema, pois o mesmo não se preocupa com os excluídos da sociedade (ANTUNES, 2002, p. 113 apud SANTANA, 2009, p.81).

Sob a ótica de Antunes (2002) *apud* Santana (2009), a economia solidária e a economia tradicional não se diferenciam uma da outra, na verdade, a primeira regulariza as displicências da segunda, pois, não busca modificar as estruturas do sistema capitalista, mas apenas “amortecer” os efeitos nocivos do capitalismo na sociedade. Além de opiniões divergentes sobre sua validade, a economia solidária enfrenta sérios problemas estruturais que a impedem, muitas vezes, de realizar os seus preceitos.

Para Ferranni (2010, p.3), a economia solidária é concebida como uma alternativa de superação da pobreza pelas ações de desenvolvimento capazes de promover a autossustentação e, principalmente, a autonomia da população excluída. População essa gerada pela falta de acordo entre crescimento econômico e desenvolvimento social.

## **2.2.2 A Economia Solidária no Brasil**

No Brasil, a Economia Solidária está ancorada na tradição de uma economia popular que vem crescendo desde os últimos decênios do século XX, apoiada em um conjunto de iniciativas de geração de renda e trabalho que reúnem trabalhadores desempregados em situação de vulnerabilidade social.

A prática da economia solidária, no Brasil, principiou-se no início dos anos 1980 com os Projetos Alternativos Comunitários (PACs) coordenados pela Cáritas Brasileira (BERTUCCI; SILVA, 2003 apud NUNES, 2009, p.66).

Diversos projetos foram financiados pela Cáritas a fim de gerar trabalho e renda para moradores de áreas pobres nas zonas urbanas e rurais de diferentes regiões do país atingidas pela forte contração nos níveis de emprego na década de 1980 (SINGER, 2002, p 121). Além da Cáritas, entidades como o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) vieram a ser essenciais na história da economia solidária no Brasil.

Surgem nos anos 1990 com maior evidência as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs). As ITCPs têm a finalidade de contribuir com o suporte técnico, logístico e jurídico aos grupos comunitários que queiram viabilizar os empreendimentos solidários (SINGER, 2002, p.122).

Determinados empreendimentos solidários deram e vêm dando certo no Brasil e passaram a ser tidos como ícones de sucesso da economia solidária brasileira. Entre eles, destacam-se, a Cooperativa Catende Harmonia, o Banco Palmas e a Cooperativa Unidas Venceremos (NUNES, 2009, p.68).

O Brasil vem se destacando como um dos países em que a economia solidária mais se desenvolve. Na trajetória de seu desenvolvimento, ela ganha caráter próprio e até se diferencia das práticas de economia Solidária vivenciadas em outros países, pois conta o aporte governamental e um número significativo de entidades de fomento e apoio (SANTANA, 2009, p.77).

## **2.3 Empreendimentos Econômicos Solidários: definições e classificação**

Os empreendimentos econômicos solidários abrangem as mais variadas modalidades de organização econômica, provenientes da livre associação dos trabalhadores. Essa associação é firmada nos princípios de autogestão, cooperação e viabilidade. Um empreendimento solidário possui um caráter multifuncional, pois atua

nas esferas econômica, social e política. Os EES unem os indivíduos excluídos do mercado de trabalho e oferecem alternativas coletivas de sobrevivência, valorizando o compromisso com a coletividade social em que se inserem (GAIGER, 2003, p.135-139).

Os EES promovem a existência de novas formas de trabalho em que há o destaque de quatro aspectos importantes: 1) a autogestão, que como o nome já sugere, indica a autonomia de gestão do empreendimento e supõe a existência de mecanismos coletivos de decisão interna; 2) o princípio da reciprocidade que estão fundados numa dimensão reciprocitária; 3) a sociabilidade comunitária que se refere a valorização das relações comunitárias e a afirmação; 4) a finalidade multidimensional, que vai além da dimensão econômica, já que requer a internalização da dimensão social, cultural, ecológica e política (LAVILLE, 2009).

Conforme Arroyo e Schuch (2006, p.63) os empreendimentos solidários ou coletivos se estabelecem a partir da associação, da comunhão e da cooperação entre os indivíduos. A materialização dos princípios da economia solidária ocorre, de fato, nos Empreendimentos Econômicos Solidários, pois nesses locais, é onde se espera que de fato ocorra a participação efetiva dos trabalhadores para além de suas funções e atribuições, desenvolvendo, assim, os valores coletivos e associativos (LIMA, 2013, p.40).

Segundo Pinto (2006) as organizações para serem considerados Empreendimentos Econômicos Solidários precisam apresentar as seguintes características:

[...]a) sejam organizações coletivas (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção e etc), suprafamiliares, cujos participantes são trabalhadores urbanos e rurais, que exercem a gestão coletiva das atividades e da alocação dos seus resultados; b) devem ser organizações permanentes (não são práticas eventuais);c)podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização; d)realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produto e serviços) e de consumo solidário; e) constituem organizações econômicas singulares (de diferentes graus ou níveis) ou complexas (tais como as centrais de associações ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares).[...](PINTO, 2006, p.34)

Além das características citadas por Pinto (2006), outro aspecto dos EES deve ser levado em consideração: os dois níveis de relacionamento que se estabelecem. O primeiro nível é denominado nível interno, que compreende a relação entre os membros do grupo, ou seja, aspectos relativo à democracia e a participação. O segundo nível, o nível externo,

se refere a relação do grupo com os movimentos da sociedade, outras organizações e com as demandas da sociedade e mercado. (TEDESCO,2001).

A economia solidária propicia a organização de empreendimentos solidários. Logo, cabe aos envolvidos no processo de economia solidária incentivar e disseminar as formas de organização que estimulam a cooperação e o trabalho coletivo (LIMA, 2013, p.43).

### *2.3.1 Associação e Cooperativa*

As associações são definidas, de acordo com Veiga (2001, p.16), “como qualquer iniciativa formal ou informal que reúne pessoas físicas ou outras sociedades jurídicas com objetivos comuns, visando superar dificuldades e gerar lucros”. São instrumentos utilizados para solucionar problemas concretos por meio da união dos participantes que podem ter ou não fins lucrativos. Essas entidades, quando autorizadas, tem legalidade para representar seus filiados judicial e extrajudicialmente (VEIGA,2001).

Normalmente as associações dedicam-se as atividades inerentes ao setor de serviços e tem por objetivo servir à coletividade, o que não exclui a possibilidade de desenvolver atividades econômicas, porém essa possibilidade fica restrita a obtenção de fundos necessários à realização dos objetivos da associação (MAIA, 2014).

O cooperativismo é uma forma de lutar pelo bem comum e as cooperativas são instrumentos ideais quando se deseja desenvolver atividades com fins econômicos. A Lei 5.764, de 12.12.1971, em seu artigo IV, define cooperativa como: “sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, constituídas para prestar serviços aos associados” (MAIA,2014, p.98).

As cooperativas, classificam-se, segundo Conceição (2005, p.51-57) em abertas e fechadas. As abertas admitem pessoas que queiram se associar a elas, sem qualquer impedimento ou critério. Já as fechadas são as que admitem somente pessoas ligadas a uma mesma profissão, empresa, sindicato ou objetivo comum. Muitas das cooperativas fechadas oferecem infraestrutura para o seu funcionamento, tornando o cooperativismo um mero agente de trabalho, despojando-o do seu maior objetivo que é garantir o bem coletivo.

As sociedades cooperativas diferem das sociedades mercantis. Nesse sentido, Maia (2014, p.99) realizou a seguinte distinção entre esses dois tipos de sociedade:

[...] na sociedade cooperativa: o principal é o homem, cada cooperativado conta com um voto, o controle é democrático, é sociedade de pessoas que funciona democraticamente, os resultados retornam aos sócios proporcionalmente às operações, valoriza o trabalhador e suas condições de trabalho e vida. Por outro lado, na sociedade mercantil: o principal é o capital, cada ação ou cota conta com um voto, o controle é proporcional ao capital, é uma sociedade de capital que funciona hierarquicamente, os dividendos retornam aos sócios proporcionalmente ao capital investido, contrata o trabalhador com empregado subordinado [...]

O cooperativismo é um modelo de inserção econômica que coloca o trabalhador como indivíduo atuante no processo produtivo. Trata-se de um modelo de trabalho alternativo, criado pelos trabalhadores firmado sobre os princípios da solidariedade e democracia. É um instrumento de sobrevivência e está voltado para inserção social de grupos excluídos (ou os indivíduos que nunca foram inseridos no mercado) pela reestruturação produtiva e o seu aspecto econômico reside na geração de renda (NASCIMENTO, 2013, p 103).

O cooperativismo, além de gerar oportunidade de inserção no processo produtivo, propicia o estabelecimento de relações de cooperação e solidariedade entre os cooperados.

### 3 OS CATADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS E OS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS

Os trabalhadores enquanto catadores de material reutilizável realizam um serviço de utilidade pública muito importante para as cidades, pois atuam na coleta de materiais para reciclagem que, caso fossem descartados, ocupariam espaço em aterros sanitários e lixões.

O trabalho realizado por estes trabalhadores consiste em catar, separar, transportar, acondicionar e, raras vezes, beneficiar os resíduos sólidos com valor de mercado para reutilização ou reciclagem (BENVINDO, 2010).

Os catadores, a partir da realização de suas atividades de coleta de resíduos, transformam o resíduo coletado em mercadoria outra vez. A transformação desse material em novas mercadorias, além de reinseri-lo no ciclo produtivo beneficia também a natureza e a sociedade, já que promovem a economia de recursos naturais e de espaços para o armazenamento dos resíduos (MAGALHÃES, 2012)



O segmento social dos catadores de material reciclável integra o cenário urbano do Brasil, desde o século XIX, demonstrando que tal fenômeno acompanhou o processo de urbanização do país. A coleta de resíduos passa a ser uma alternativa de trabalho para os catadores(as), dadas as restrições que lhes são impostas pelo mercado de trabalho formal. No trabalho de coleta e reciclagem de resíduos sólidos há a incidência de uma maior sazonalidade no desempenho das atividades, pois ocorre conforme variações nos preços dos materiais recicláveis e da oferta de resíduos. (IPEA, 2011).

A realização das atividades de coleta é feita a partir de relações informais, sem registro oficial. Não permitindo aos catadores direitos trabalhistas e dificultando seu reconhecimento pelos órgãos de administração pública e instituições de pesquisa (SOUZA,2011). Outra face da informalidade é ainda mais preocupante quando se consideram as condições de risco de saúde pelo qual esses trabalhadores estão expostos, uma vez que estão desprovidos de qualquer seguridade social para o caso de algum acidente ou doença. Estes, entre outros fatores, fazem com que esta atividade seja considerada precária. Esses aspectos são observados principalmente na situação em que os catadores não se encontram organizados, ou seja, quando trabalham de forma individual nas ruas.

Os trabalhadores enfrentam uma situação controversa; se por um lado são responsáveis pela transformação dos resíduos sólidos em mercadoria de interesse de grandes indústrias e serem caracterizados como verdadeiros agentes ambientais. Por outro, estes trabalhadores ocupam uma posição a margem da sociedade, pois sofrem diferentes tipos de exclusão no mercado de consumo e na dinâmica das relações sociais. Essa realidade caracteriza as condições de trabalho do catador na percepção de “exclusão por inclusão”, em que o catador é incluído socialmente pelo trabalho, mas excluído pela atividade que desempenha (MEDEIROS; MACEDO, 2006).

A categoria social dos catadores é marcada por forte heterogeneidade entre seus integrantes. Muitos deles exercem a atividade em tempo integral por muitos anos; em algumas famílias essa atividade passa a ser seguida pelos filhos, geralmente por falta de melhores oportunidades; outros iniciam por questões emergenciais, como a perda do emprego; existem também aqueles que intercalam a catação com outros trabalhos, ou então trabalham como catadores nos intervalos entre um e outro emprego; há catadores que seguem uma rotina diária de trabalho, enquanto outros possuem dinâmicas menos regulares.

A organização de trabalho ocorre também de maneira diversificada. Há aqueles que trabalham sozinhos ou em família e aqueles que se agrupam em associações e/ou cooperativas com o intuito de somar forças por meio do trabalho coletivo. Em termos de local de trabalho, há aqueles que trabalham em rotas específicas de coleta na cidade, passando em áreas, residências e em empresas, assim como há aqueles que trabalham em lixões ou aterros sanitários (IPEA,2011)

Com o avanço das atividades de reciclagem passou a ser comum encontrar catadores empregados com carteira de trabalho assinada, trabalhando em locais fixos de catação, separação e classificação do material reciclável. Em termos de domicílios, há aqueles que possuem residência fixa, enquanto outros vivem nas ruas ou em habitações insalubres (IPEA,2011).

A categoria dos catadores(as) deve ser compreendida com uma categoria social de trabalhadores contemporâneos que emerge nos centros urbanos do país e que descobre na reciclagem a possibilidade de trabalho. Isso quer dizer que existe uma rede de pessoas inseridas numa cadeia de mercado estabelecida pela compra e venda de materiais reciclados (SOUZA, 2011).

Ainda de acordo com Souza (2011), existem entre eles os que vivem e defendem o modo de trabalho individual e há os que remetem essa discussão do trabalho pessoal para a esfera da cooperação solidária e coletiva como forma de organização do trabalho.

Conceição (2005) enfatiza que as cooperativas de reciclagem, de cunho autogestionário, são importantes para a melhoria da qualidade de vida do catador, pois além de “gerar um serviço de sustentabilidade gera também a sustentabilidade das vidas dependentes dessa atividade” (CONCEIÇÃO, 2005, p 48).

Essa economia construída solidariamente, por um lado, testemunha a necessidade de os trabalhadores enfrentarem o fechamento de postos de trabalho e negarem o sistema encontrado de exploração dos catadores (as) e, por outro, traz a inovação ao buscarem maneiras alternativas de organização para viver e trabalhar no espaço urbano (SOUZA, 2011).

Para os catadores a oportunidade de se esforçarem para construir uma economia solidária, a partir da qual consigam romper com a exploração continua sendo um desafio tanto para eles quanto para o poder público local (IPEA,2013).

Os empreendimentos (associações e cooperativas) formados por catadores de resíduos sólidos surgem com intuito de fortalecê-los, pois esses trabalhadores constituem o elo economicamente mais frágil na cadeia de valor da reciclagem, na geração de renda

em sua atividade, sobretudo quando atuam individualmente. Isso porque, no caso do trabalho individual, o que se observa é a concentração das funções do catador, que é responsável pela coleta, separação, armazenamento e comercialização. Com isso, os trabalhadores individuais ficam mais vulneráveis à ação de intermediários que determinam o preço e as condições exigidas pelo material coletado (SOUZA,2011).

Com relação a esse último aspecto uma cooperativa formada por catadores (as) no município de Manaus, ressaltou a dificuldade em lidar com a flutuação dos preços, o que deixa o catador desanimado quando um material reciclável tem o seu preço depreciado. Ao mesmo tempo destacou a situação em que uma empresa/cliente está devendo à cooperativa alegando dificuldades financeiras, enquanto um atravessador tem se oferecido para comprar o material da cooperativa à vista (WENDHAUSEN ET. AL, 2015).

Verifica-se então, que aspectos como esses relacionados à comercialização do produto podem afetar tanto os catadores que atuam individualmente, como àqueles que se encontram organizados em empreendimentos solidários, no entanto, quando estes estão organizados e formam redes, conseguem enfrentar melhor situações como essas.

O trabalho coletivo realizado pelos catadores permite o reconhecimento de si diante de um semelhante, ou seja: de um colega que realiza o trabalho de triagem conjuntamente, que compartilha o mesmo espaço físico para o conjunto de atividades necessárias ao funcionamento do negócio e que, de forma direta, tem poder de influir no resultado financeiro auferido para todos os membros do empreendimento coletivo (BENVINDO, 2010)

No entanto, o número de trabalhadores solitários no setor de reciclagem é muito alto. O percentual de trabalhadores ligados à cooperativas e associações nesse setor se encontrava em apenas 10%, (IPEA, 2011). Os motivos para a baixa adesão ao trabalho coletivo ocorrem devido à: i) muitos catadores preferem atuar sozinhos, em nome de uma suposta autonomia na gestão de seu tempo e resultado de seu trabalho; ii) há desinformação quanto às exigências para a constituição de cooperativas e associações; iii) o processo de criação desses empreendimentos exige conhecimento técnico especializado, na sua constituição de parcerias que lhe garantam o assessoramento técnico necessário; iv) muitos catadores enxergam as cooperativas como um agente externo, não têm a consciência que elas são formadas e geridas por eles próprios, que são os verdadeiros donos do empreendimento (IPEA,2011).

A atividade de reciclagem seja realizada por uma associação ou por uma cooperativa, segundo Maia (2014) é necessária por várias razões:

[...]ecológicas, por evitar as devastações das florestas pelo saque de matérias virgens; sanitárias, por aumentar a vida útil dos aterros sanitários; econômicas, por implicar também economia de energia; políticas; e ainda, como instrumento e geração de emprego e renda [...] (MAIA, 2014, p.105).

A organização social dos catadores(as) em cooperativas e associações é uma realidade cada vez mais presente em inúmeras cidades brasileiras, as quais ajudam a colocar em debate a geração de emprego e renda e questão ambiental dentro de toda a sua complexidade e diversidade, na medida em que reconstitui relações de solidariedade entre os trabalhadores e contribui para a preservação da natureza (SOUZA,2011)

As diferentes formas de organização social dos catadores (as) também aparecem como maneiras de enfrentar as precariedades das condições de trabalho e de vida a que estão submetidos por um lado, e por outro, como uma maneira de se afirmarem como uma categoria de trabalhadores em serviços urbanos, como profissionais que fazem das ruas o espaço de trabalho e dos restos recolhidos diariamente por cada catador que faz parte dessa economia solidária (IPEA, 2011).

A sobrevivência por meio da catação e venda de material reciclável tem sido uma constatação crescente nas ruas das cidades brasileiras, onde os catadores são a parte mais frágil dessa cadeia produtiva que contém diversas etapas até chegar ao destino final dessa matéria-prima coletada para as indústrias de reciclados. Diante do desemprego ou do trabalho precário, somado ao crescimento desse mercado de recicláveis, a catação, a separação e a venda de produtos recicláveis se tornaram uma alternativa de geração de renda para inúmeros trabalhadores urbanos brasileiros (SOUZA,2011).

A atividade da reciclagem não é caracterizada apenas pelos benefícios econômicos, mas também pelos benefícios ambientais, uma vez que ela evita uma série de externalidades negativas próprias do processo produtivo.

Diante disso, o governo brasileiro, por notar a importância da catação de resíduos sólidos tanto para a geração de renda dos indivíduos como para o desenvolvimento sustentável, resolveu criar a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), um projeto previsto na Lei 12350/10 de 2012 que visava diminuir um dos principais problemas ambientais: o descarte dos resíduos sólidos em lixões. Esse projeto objetivava também a promoção de uma cultura sustentável aumentando a reciclagem, reutilização e fins

adequados aos resíduos sólidos cuja responsabilidade era atribuída a todos os participantes dessa cadeia produtiva.

A diretriz social da PNRS visa a regulamentação dos catadores de resíduos sólidos, cujo principal intuito é alocar esses trabalhadores em cooperativas e associações, reduzindo, assim, os riscos à saúde destes e tirando esses indivíduos da informalidade, da marginalização e invisibilidade social (ETHOS,2012).

A não existência de estatísticas precisas sobre as associações e cooperativas, que tenham suas atividades pautadas na economia solidária, no setor de reciclagem e coleta de resíduos sólidos, é um dos principais problemas para se identificar esse tipo de empreendimento (IPEA,2011).

O Sistema Nacional de Informação de Economia Solidária (SIES, 2013), mapeou 603 cooperativas e/ou associações de catadores existentes no Brasil, o correspondente a 3% dos EES. Esses empreendimentos solidários contavam com a presença de 21.164 mil trabalhadores (IPEA,2013).

Esses números, tanto de empreendimentos quanto de trabalhadores, poderiam ser maiores, mas “como o SIES não constitui um censo, não se pode considerar como a distribuição real do país, mesmo porque alguns estados tiveram sérios problemas para executar a pesquisa” (IPEA,2013, p.28).

<b>GRANDE REGIÃO</b>	<b>%</b>
Norte	6
Nordeste	11
Centro-Oeste	6
Sudeste	49
Sul	28
<b>Total</b>	<b>100</b>

Tabela 1- Distribuição regional dos empreendimentos solidários no setor de reciclagem, (em%).

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2013.

Verifica-se na tabela 1 que a região Sudeste é a região em que a proporção de empreendimentos solidários no setor de coleta e reciclagem é maior, (49%), seguida pela região Sul (28%). As regiões Norte (6%), Nordeste (11%) e Centro-Oeste (6%) são os locais onde ainda é pequena a parcela de EES de reciclagem. Desse total de empreendimentos mapeados, (38 %) são informalizados, enquanto que outros (34%) são formalizados como associações, enquanto (28%) como cooperativas (IPEA,2013).

No Amazonas, conforme dados do SIES (2013), existem 378 empreendimentos solidários. Desse total de EES, 229 (ou seja, 60,6%) estão instalados na capital do estado e apenas 3 (três, ou 1,31%) eram reconhecidos pelo SIES (2013) como sendo do setor de coleta e reciclagem. Porém, o número de EES de coleta e reciclagem apresentou um significativo crescimento de 2013 a 2015, pois, de acordo com dados fornecidos pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR, 2015), existem, atualmente, no município de Manaus 9 (nove) empreendimentos formados por catadores(as) de resíduos sólidos. Considerando-se esses números tem-se então que (3,9%) dos EES na cidade de Manaus são direcionados para a atividade de coleta de resíduos sólidos. Com relação à situação jurídica destes, apenas 3 (três) foram destacados como empreendimentos não formalizados (MNCR,2015).

### **3.1 A Situação Social e demográfica dos catadores (as) de material reciclável e reutilizável - Brasil, Região Norte e Amazonas**

No Brasil, conforme o Censo demográfico de 2010, 387.910 pessoas se declararam como catadores(as) de resíduos sólidos. Vale ressaltar que os dados apresentados a seguir correspondem aos catadores individuais e não àqueles organizados em empreendimentos solidários.

O Sudeste concentrava 161.417 de pessoas, representando 41,6% do total. O Nordeste apresentou 116.528 catadores de material reciclável. A região Norte concentrava 21.678 desse universo, representando apenas 6% dos catadores brasileiros, trata-se da região com menor quantidade de pessoas que trabalhavam com reciclagem no país. No estado do Amazonas encontravam-se 4.994 (23%) de catadores da região Norte. O Pará foi o estado que apresentou o maior contingente de catadores da região, com 9.961 (45,9%) trabalhadores. Enquanto Roraima concentrava apenas 263 (1,21%) catadores conforme ilustrado no gráfico 1.

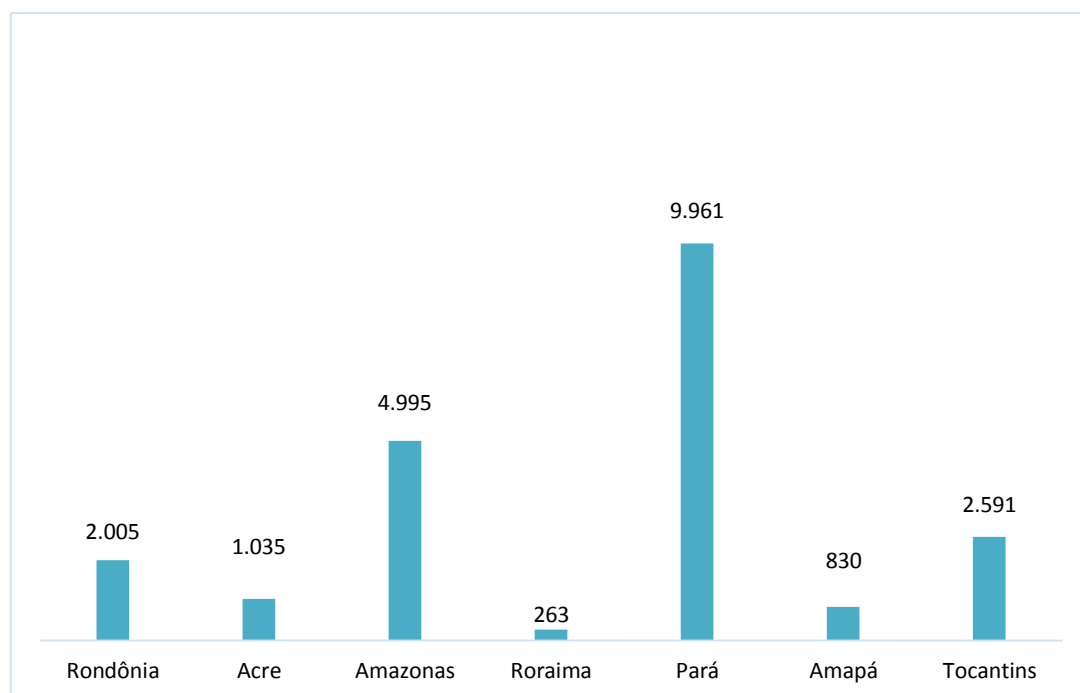


Gráfico 1 – Catadores e catadoras em números absolutos – Região Norte – 2010.  
Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2013.

Do grupo etário que mais se destacou entre os catadores de material reciclável, predominou a faixa etária 30 a 49 anos, com (48%) no Brasil e (46,6%) na região Norte; e de (25,5%) de 18 a 29 anos, no âmbito nacional, e (33,5%) na região Norte, mostrando que o percentual de jovens que trabalham na coleta de resíduos sólidos na região supera o percentual nacional. Conforme observado na tabela 2.

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
0-17 anos	4,0	3,7	3,4	7,4	3,7	2,1
18-29 anos	33,5	27,3	23,6	24,5	24,5	25,5
30-49 anos	46,6	50,8	47,5	44,7	47,4	48,0
50-60 anos	11,6	13,5	17,6	16,3	17,2	15,8
Maior que 60 anos	4,3	4,7	7,8	7,1	7,2	6,5
<b>TOTAL</b>	100,0	100,0	X	100,0	100,0	X

Tabela 2- Catadores por faixa etária- Regiões e Brasil (em %) – 2010.  
Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA),2013.

De acordo com o gráfico 2, no Amazonas, (42,7%) das pessoas que trabalham com a coleta e reciclagem de resíduos sólidos apresentam entre 30 e 49 anos, o que não foge a média nacional que se mostra bastante homogênea em relação a essa faixa etária.

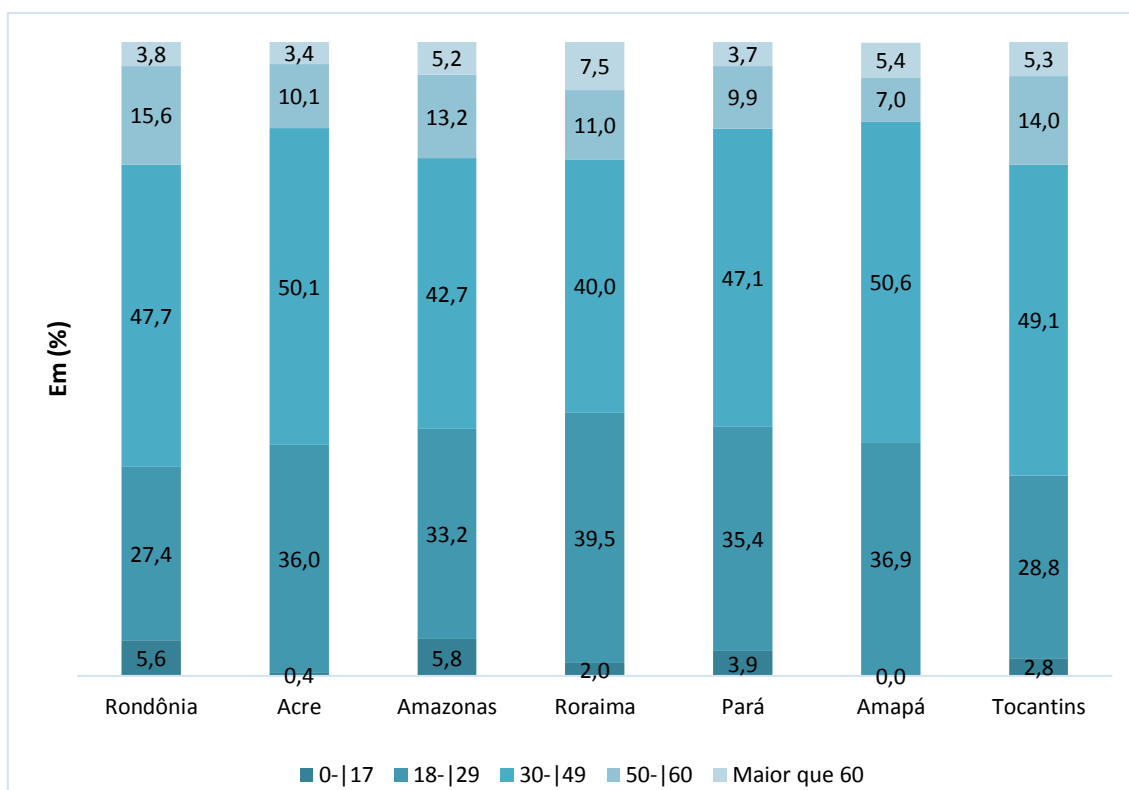


Gráfico 2 - Percentual de catadores por grupo etário – 2010.  
Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA),2013.

O percentual de homens envolvidos na atividade de reciclagem, tanto no Brasil (68,9%), como na região Norte (70,5%), supera o número de mulheres. Fatores sociológicos podem explicar essa discrepância pelo fato de muitas mulheres catadoras não identificarem a atividade de coleta e reciclagem como sendo o trabalho principal e sim o identificam como trabalho secundário (IPEA,2013)

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Mulheres	29,5	29,3	31,0	34,1	34,1	31,1
Homens	70,5	70,7	69,0	65,9	65,9	68,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Tabela 3- Percentual de homens e mulheres na atividade de reciclagem - Regiões e Brasil – 2010.  
Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2013.

Na região Norte o percentual de catadoras (30%) inseridas na atividade de reciclagem aproximava-se da nacional (31,1%). As mulheres catadoras no estado do Amazonas apresentavam mais representatividade (41%) do que os demais estados da região Norte, conforme se pode observar no gráfico 3. Dentre os estados da região Norte



com a menor participação feminina na atividade de coleta e reciclagem, encontra-se o estado de Roraima com (15,1%) (IPEA,2013).

De acordo com o presidente de uma cooperativa situada em Manaus – AM, dos 19 (dezenove) catadores cadastrados, entre 7 (sete) e 9 (nove) trabalhadores seriam ativos, dos quais 12 (doze) são do sexo masculino e 7 (sete) do sexo feminino. Contudo, dos que participam ativamente da cooperativa, predomina o sexo feminino, seriam 6 (seis) mulheres ao todo. Enquanto em outra associação no mesmo município 27 (vinte e sete) trabalhadores/sócios cadastrados no empreendimento, sendo 5 (cinco homens) e 22 (vinte e duas) mulheres (WENDHAUSEN Et. Al, 2015).

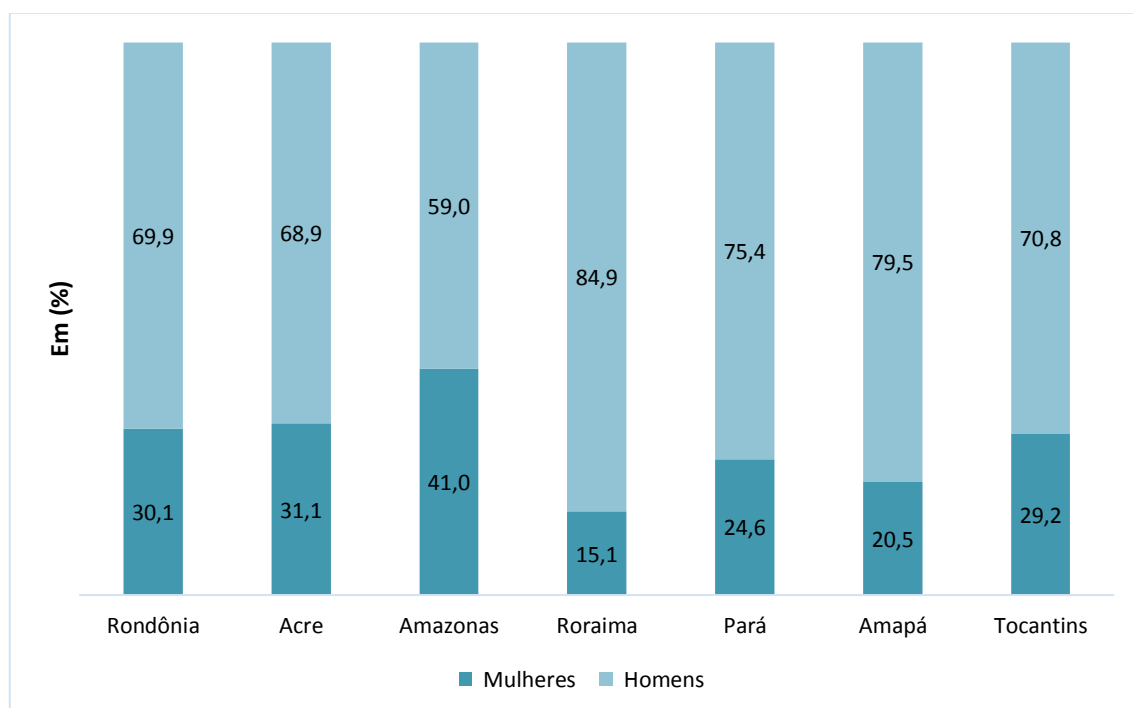


Gráfico 3 – Percentual de homens e mulheres na atividade de reciclagem – Região Norte, 2010.  
Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2013.

Com relação à origem racial, os dados do IPEA mostraram que a participação de negros e pardos nas atividades de coleta de resíduos sólidos, no Brasil, em 2010, era de (66,1%), de cada três catadores (as) de resíduos sólidos dois são negros ou pardos (IPEA,2013)

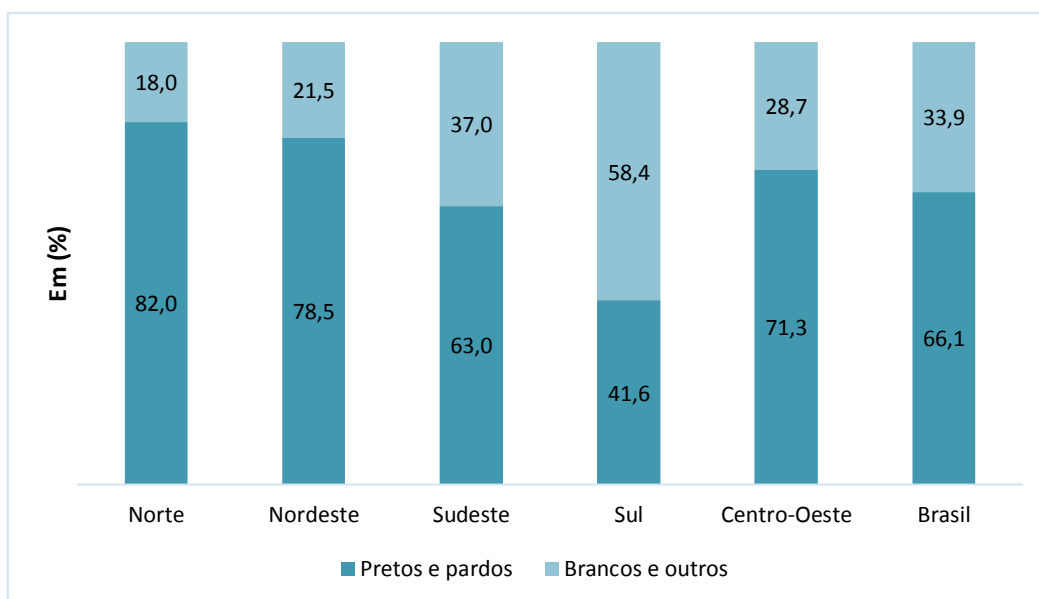


Gráfico 4 - Percentual de catadores (as) por raça/cor – Brasil e Região – 2010.  
Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA),2013

Os dados apresentados no gráfico 4 mostram que o percentual de negros e pardos que trabalhavam na atividade de catação na região Norte chegava a (82%), ou seja, 17.801<sup>1</sup> trabalhadores eram negros ou pardos, significando o índice de participação mais alto do país. No estado do Amazonas, dos 4.995 catadores, 4.137 (ou 82,8%) se autodeclararam negros ou pardos, acompanhando também o percentual regional. Em 2010, foi o Estado em que negros e pardos tinham uma participação maior na atividade de coleta e reciclagem de resíduos sólidos.

<sup>1</sup> Percentual de catadores (as) da raça/ cor calculado da seguinte forma:  $\frac{\text{catadores (as) da cor negra e parda}}{\text{Total de catadores (as)}} \times 100$

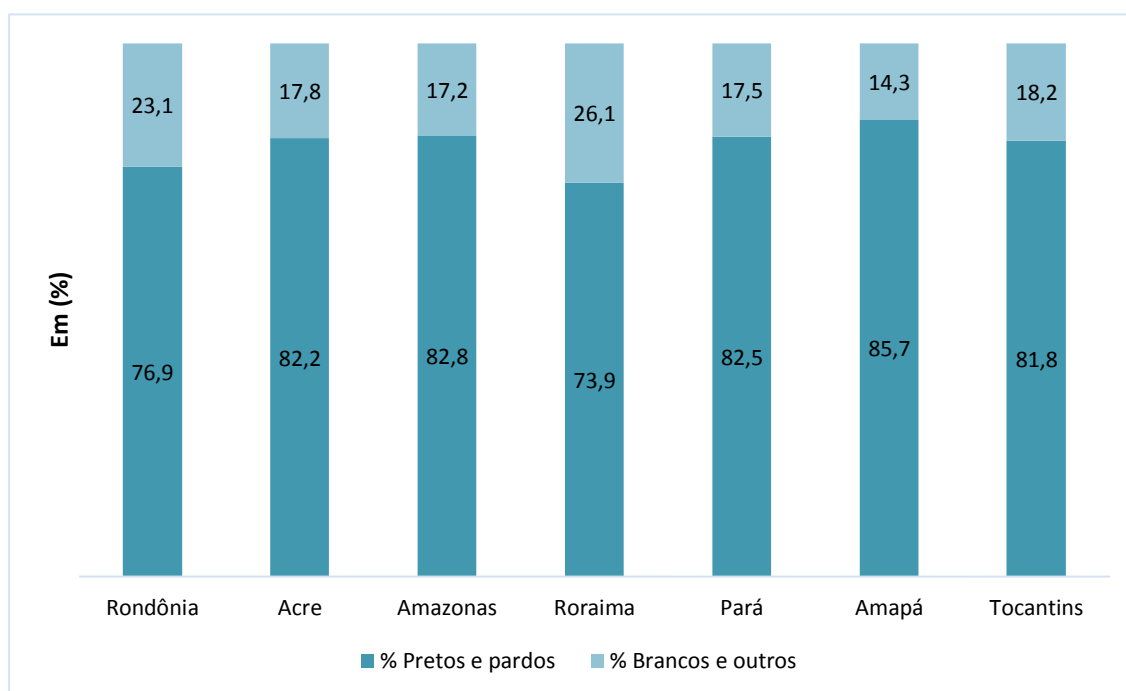


Gráfico 5 - Percentual de catadores (as) por raça/cor - Região Norte - 2010.  
Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2013

A atividade de coleta de material reciclável possui uma natureza essencialmente urbana. Esse caráter urbano é proveniente da existência dessa atividade proceder do grande descarte de material reutilizável e reciclável. Geralmente, as áreas urbanas são as que concentram maior quantidade desse tipo de material. Logo, os catadores residem na áreas urbana, pois é nessa área que está localizada a matéria do seu trabalho.

Na região Norte, (93,2%), em 2010, dos catadores residiam em áreas urbanas. O Amazonas era o Estado que apresentava a maior concentração, pois (97,9%) dos catadores eram moradores dessa área (IPEA,2013).

	Rondônia	Acre	Amazonas	Roraima	Pará	Amapá	Tocantins
Urbano	88,3	95,6	97,9	96,0	91,1	92,9	94,8
Rural	11,7	4,4	2,1	4,0	8,8	8,8	5,2
<b>TOTAL</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Tabela 4- Catadores e catadoras residentes em áreas urbanas e rurais (%) – Região Norte – 2010.  
Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2013.

O Censo de 2010 destacou a existência de 387.910 pessoas que trabalhavam com a coleta e reciclagem de resíduos sólidos no país. No entanto, segundo dados do IPEA(2013), do total de pessoas que vivem em domicílios e contam com a presença de pelo menos 1 pessoa declarante de exercer essa atividade, o número passa a ser bem mais significativo, totalizando 1.426.584. Ou seja, existem quase quatro residentes (3,7%) para

cada um que declarou trabalhar com coleta de material reciclável, expressando a existência de um grande contingente que direta ou indiretamente, depende da renda gerada por essa atividade.

Na região Norte o total de pessoas em domicílios com pelo menos 1 catador chega a 96.135, o que representa 6,7% do total nacional. Isso significa que existem em média na região 4,4 pessoas para cada uma que declarou ser catador residindo nesses domicílios. O Norte constitui a maior média entre as regiões brasileiras. No Amazonas 26.547 de domicílios tem entre seus residentes pelo menos 1 pessoa que trabalha na coleta de resíduos sólidos.

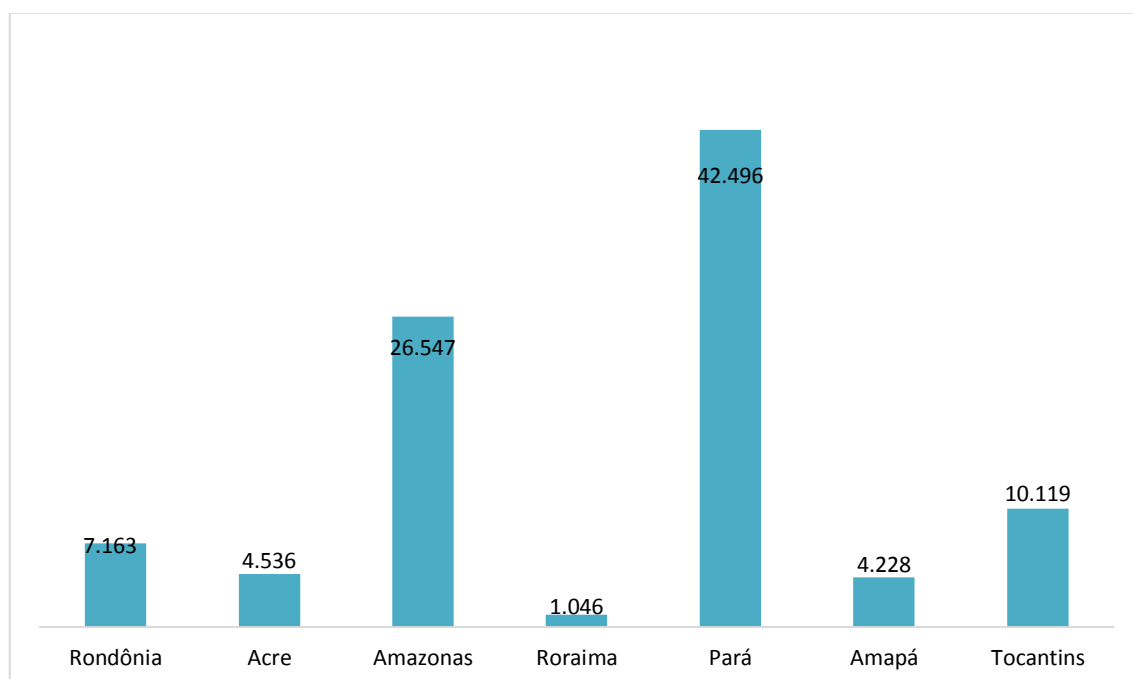


Gráfico 6 – Total de residentes em domicílio com pelo menos um catador (a) – Região – 2010.  
Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2013.

A razão de dependência é conceituada como a razão entre o segmento etário da população definido como economicamente dependente, englobando os menores de 15 anos de idade e os de 60 anos e mais de idade, e o segmento etário tido como economicamente ativo (entre 15 anos e 59 anos de idade) da população residente. Isso significa que a razão de dependência é um indicador que mede a participação do contingente inativo da população que deveria ser sustentado pela parcela da população produtiva (IBGE,2010). Ainda, de acordo com o IBGE (2010), uma razão de dependência elevada indica que a população economicamente ativa deve sustentar uma grande porção de dependentes, significando altos encargos assistenciais para a sociedade.

<b>Estados da Região Norte</b>	<b>%</b>
Rondônia	44,4
Acre	73,6
Amazonas	76,9
Roraima	57,2
Pará	60,9
Amapá	81,8
Tocantins	52,8

Tabela 5- Razão de dependência de criança em domicílios com pelo menos um (a) catador (a)  
 Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA,2013

O valor de razão de dependência nos domicílios de catadores, no Brasil, era de (50%), em 2010. Comparando a razão de dependência dos domicílios dos catadores com a de todos os domicílios brasileiros, que era de (39%), observou-se a existência de uma quantidade maior de crianças em relação aos adultos nesses domicílios do que a média nacional, incluindo todos os domicílios. No Norte, a razão de dependência nos domicílios dos catadores é de (64,1%); sendo considerada a maior do país. O estado do Amazonas apresentou a razão de dependência de (76,9%), indicando que os catadores sustentam um número maior de dependentes (IPEA, 2013).

### **3.2 Trabalho, educação e renda**

Com o reconhecimento recente dos catadores (as) de resíduos sólidos na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)<sup>2</sup> foi possível a formalização das atividades realizadas nas cooperativas e associações de catadores e identificação da situação de informalidade e formalidade no trabalho (DIAS; BESEN, 2011).

De acordo com Santos (2013) parte significativa dos trabalhadores que fazem parte das associações e cooperativas de Economia Solidária podem estar atuando sem carteira de trabalho assinada. Verificar a formalidade quanto a informalidade dos EES solidários é uma tarefa inviável, pois “não é possível identificar esse índice no censo ou em outras pesquisas que permitam uma estimativa nacional” (IPEA, p.52,2013).

No segmentos de trabalhadores de resíduos sólidos com carteira de trabalho assinada estão os catadores (as) vinculados a empreendimentos particulares formais do setor da reciclagem de materiais (SANTOS,2013). No entanto, o percentual de catadores

<sup>2</sup> Atividade profissional dos catadores foi reconhecida pela Portaria nº 397 do MTE, publicada no dia 9 de outubro de 2002. Essa portaria incluiu a profissão de catador na CBO, com o código 5192-5 (IPEA,2013)

formalizados ainda é pequeno, pois do total de catadores, no Brasil, apenas (38,6%) apresentam algum contrato de trabalho. O índice de informalidade do trabalho dos catadores brasileiros corresponde a (61,4%). Logo, de cada três catadores, dois trabalham na informalidade no Brasil. A região Norte, é a região que apresenta menor formalização do trabalho dos catadores de material reciclável, com (29%), o que pode indicar pouca presença de empreendimentos particulares formais no ramo da reciclagem (IPEA,2013).

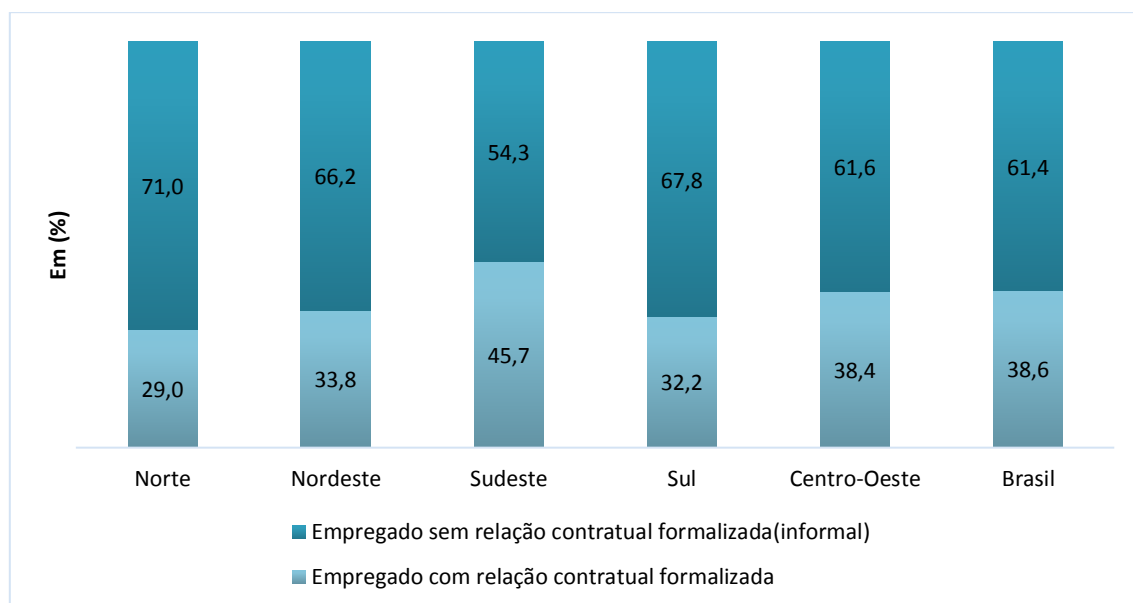


Gráfico 7 – Formalização da força de trabalho no setor da coleta de material reciclável – 2010.  
Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2013.

Com relação ao quesito renda, os dados do Censo 2010 indicavam que a renda média, segundo os próprios catadores, era de R\$ 571,56 reais. Em 2010, o salário mínimo era de R\$ 510,00 reais, ou seja, a renda de todo o universo de catadores do país superava o valor do salário mínimo em (12%). Na região Norte a média de renda das pessoas envolvidas na atividade de coleta e reciclagem, em 2010, foi de R\$ 607,25. O valor da renda média da região Norte foi considerado o segundo maior do país, superando o valor do salário mínimo em (19%). A região Sudeste foi a região em que o valor da renda mensal dos catadores era a maior, correspondendo ao valor de R\$ 629,89 (IPEA,2013).

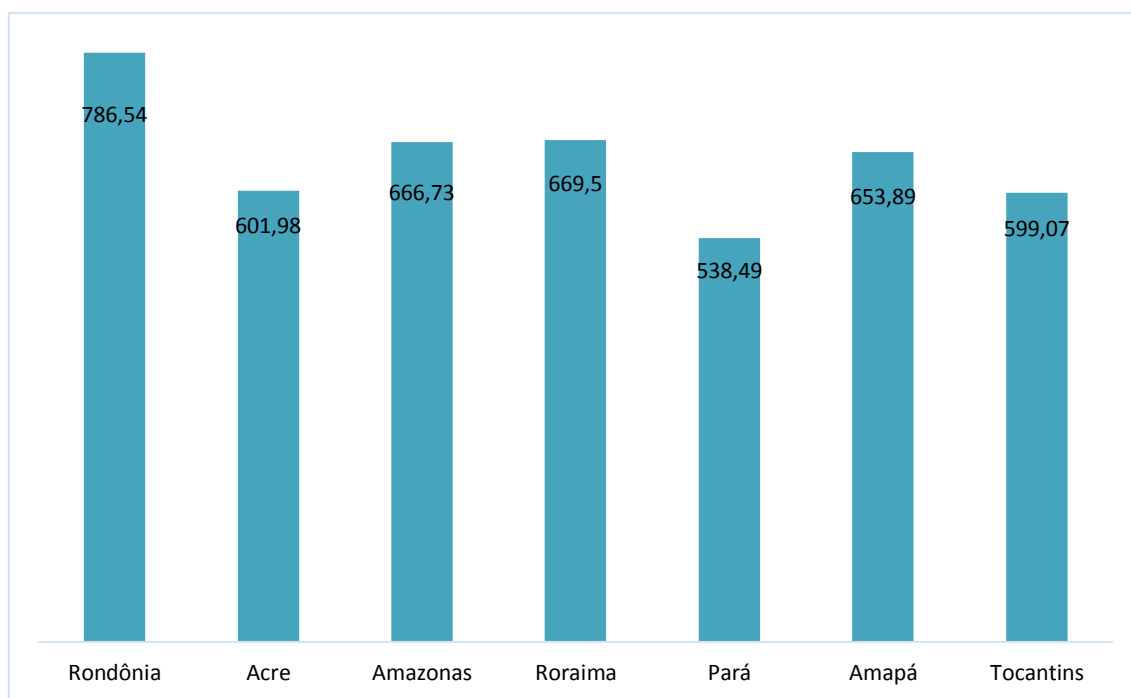


Gráfico 8- Rendimento médio do trabalho de catadores e catadoras  
 Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2013.

No Amazonas a renda média dos trabalhadores de coleta e reciclagem, em 2010, era igual a R\$ 666,73, valor que superou em (9,79%), o valor do rendimento médio da Região que correspondia a R\$ 607,25. Em comparação com o salário mínimo, os catadores e catadoras de resíduos sólidos, no Amazonas, tinham um rendimento médio 30% maior do que o salário mínimo no ano de 2010.

Além da comparação da renda média, outra forma de mensurar os rendimentos dos trabalhadores é verificando o nível de desigualdade de renda. De acordo com o IPEA (2013), o Brasil vem obtendo significativo êxito na queda da desigualdade de renda, em virtude dos programas sociais de transferência de renda, aumento do investimento em programas sociais e queda no desemprego.

Uma das formas mais utilizadas para verificar e medir a desigualdade é através do parâmetro de medição internacional denominado coeficiente de Gini. O coeficiente de Gini varia de 0 a 1, indicando que quanto mais próximo do zero, menor é a desigualdade de renda, ou seja, melhor é a distribuição de renda. Quanto mais próximo de um, maior é a concentração de renda (IBGE,2010).

De acordo com o Censo Demográfico de 2010, a desigualdade de renda de todos os trabalhadores brasileiros (de todas as categorias, formais e informais) era de 0,58. Já para os trabalhadores envolvidos com a coleta e reciclagem de resíduos sólidos, no Brasil a desigualdade de renda entre os catadores era de 0,42 (medido pelo coeficiente de GINI),

demonstrando que o índice de desigualdade entre os catadores é menor do que a desigualdade em todo o mercado de trabalho (IPEA,2013). Entre os catadores da região Norte a desigualdade de renda é de 0,42 (igual a média nacional).

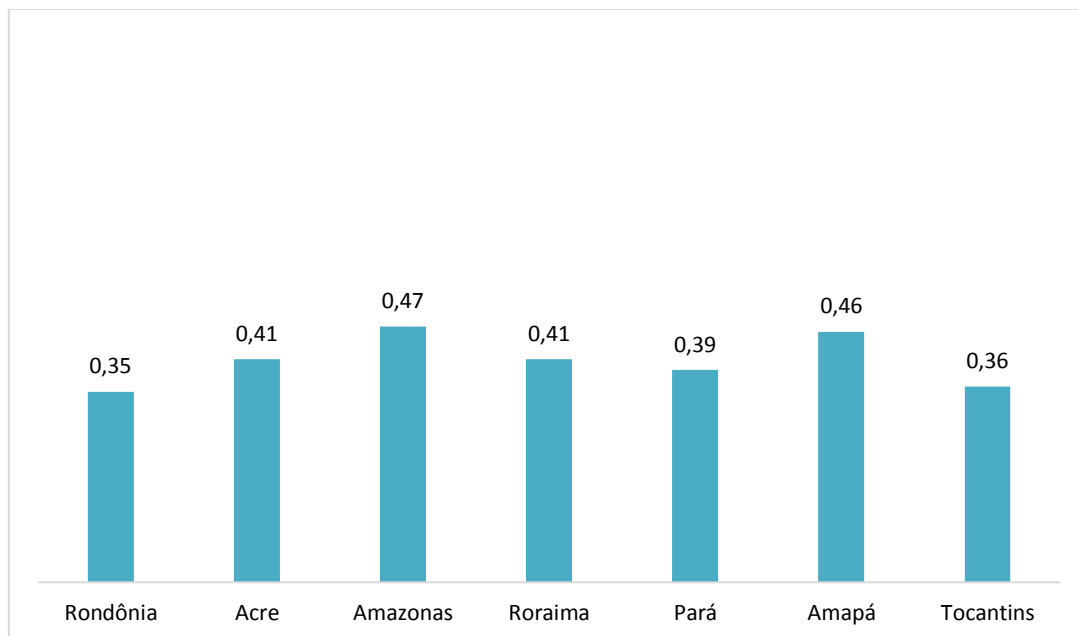


Gráfico 9 – Desigualdade de renda entre os catadores (Coeficiente de Gini)

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- (IPEA), 2013.

Embora, a desigualdade de renda entre os catadores seja menor do que o índice de desigualdade de todas as outras categorias de trabalhadores, não se pode negar que há uma considerável desigualdade entre eles. Ao verificar os índices dos estados da região Norte, pode-se notar essas desigualdades. O Amazonas foi o estado da região que apresentou o maior índice de desigualdade da região (IPEA,2013).

A queda da pobreza no Brasil vem sendo diagnosticada nos últimos anos, da mesma forma que a queda da desigualdade de renda. O domicílio é considerado em situação de extrema pobreza quando “a soma da renda de seus integrantes, dividida pela quantidade de pessoas que reside no domicílio que dependem dessa renda não ultrapasse a marca de R\$ 70,00” (IPEA, 2013, p.55)

O percentual de pobreza dos catadores (as) estimado pelo Censo em 2010, era de (9,4%). Na região Norte o percentual de extrema pobreza entre os residentes de domicílios, com pelo menos 1 catador, era de (3,8%), ou seja, a região apresentou uma média de extrema pobreza inferior à média nacional. Porém, esse valor variou entre os estados da região. No estado do Amazonas chegou aos 4,2%.



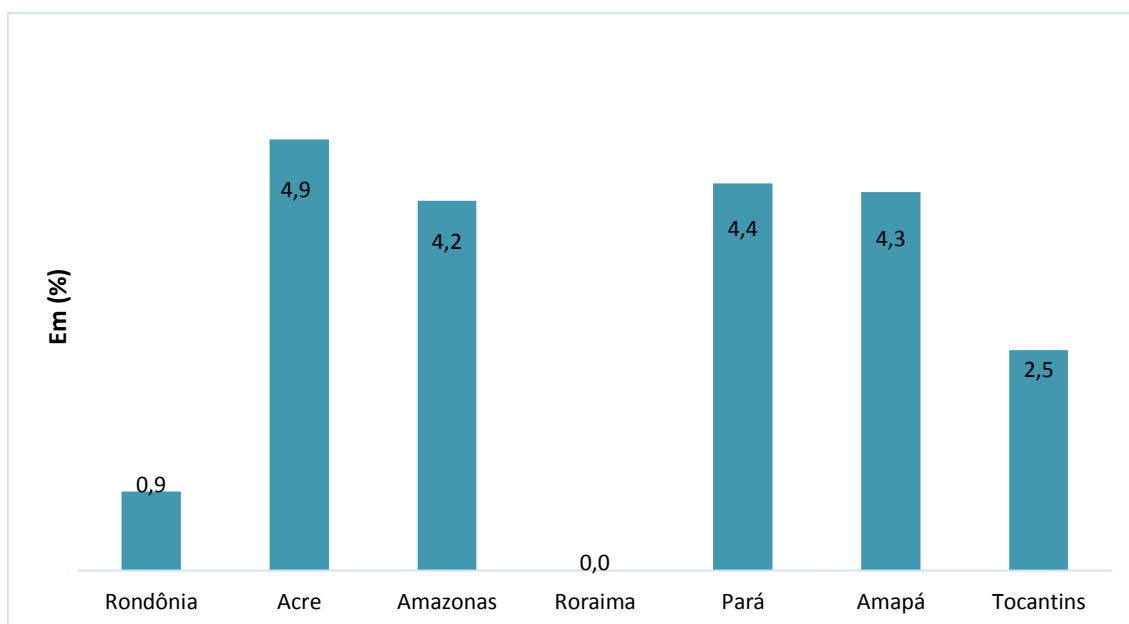


Gráfico 10- Residentes extremamente pobres em domicílios com pelo menos 1 catador  
Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2013.

O analfabetismo é considerado um grande problema social, pois a pessoa que não sabe ler e escrever enfrenta grandes limitações tanto na vida profissional quanto limitações na vida pessoal (IPEA,2013). O Brasil ainda apresenta significativas taxas de analfabetismo. De acordo com o Censo, em 2010, a taxa de analfabetismo nacional atingia cerca de (9,4%) da população.

O problema de analfabetismo entre os catadores de resíduos sólidos se apresenta como um grave problema social, já que a taxa de analfabetismo, a nível Brasil, entre os catadores era de (20,5%).

<b>Estados da Região Norte<sup>3</sup></b>	<b>%</b>
Rondônia	14,8
Acre	21,6
Amazonas	17,3
Roraima	30,9
Pará	15,8
Amapá	10,3
Tocantins	23,4

Tabela 6- Taxa de analfabetismo entre as (os) catadoras(es) – 2010, em (%)

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2013

<sup>3</sup> A taxa de analfabetismo foi calculada da seguinte maneira:  

$$\frac{\text{População que não sabe ler ou escrever com 15 anos ou mais}}{\text{População de 15 anos ou mais}} \times 100$$

A região Norte possui uma taxa de analfabetismo de (17,2%) entre os trabalhadores de resíduos sólidos, portanto é inferior à média nacional. No estado do Amazonas (17,3%) desses trabalhadores são analfabetos.

#### 4 CONCLUSÃO

Inicialmente, a proposta da pesquisa era a de apresentar dados de todos os empreendimentos solidários da Cidade de Manaus, estes seriam extraídos da pesquisa intitulada “Políticas Públicas e Empreendimentos Solidários: O Caso de Manaus”, aprovada no Edital Universal N° 021/2011 pela FAPEAM. No entanto, não foi possível obter as informações no prazo a contento para a realização desse relatório.

Dessa forma, a partir de dados extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e do Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária (SIES), destacou-se o perfil social e econômico dos trabalhadores envolvidos na atividade de coleta de material reutilizável do Estado do Amazonas. Essa categoria de trabalhadores constitui a conexão mais vulnerável na cadeia da reciclagem. Conhecer a realidade desses indivíduos é lhes tirar da invisibilidade e do ostracismo do mundo do trabalho no qual estão inseridos.

Os dados explorados apontam que com relação à distribuição regional dos empreendimentos de economia solidária, do setor de reciclagem, verificou-se a existência de 6% desses empreendimentos na Região Norte. No município de Manaus, segundo o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), para o ano de 2015, seriam 9 (nove) empreendimentos, entre associações e cooperativas, que podem ser denominados como empreendimentos solidários. O que contraria as informações do SIES que identificou em 2013 a existência de apenas 3 (três) empreendimentos como solidários.

No Brasil, conforme o Censo demográfico de 2010, 387.910 pessoas se declararam catadores de resíduos sólidos. A região Norte concentrava 21.678 desse universo, representando apenas 6% dos catadores brasileiros. Essa foi a região com menor quantidade de pessoas que trabalhavam com a coleta e reciclagem no país. No Amazonas existiam 4.994 catadores, correspondendo a 23,5 % do total da região, ocupando o segundo lugar na região.

No Amazonas 42,7% dos trabalhadores de resíduos tinham entre 30 e 49 anos, o que não foge a média nacional que se mostrou bastante homogênea em relação a essa faixa etária. O sexo masculino predominava na execução dessa atividade, representando 68,9% na região Norte. No Amazonas, as mulheres participantes da atividade de coleta e de reciclagem representavam 41% do total, apresentando a maior participação dentre os estados da região Norte. Quanto a cor/raça, no estado do Amazonas, 82,8% dos catadores se consideravam negros ou pardos.

Em relação à renda média das pessoas envolvidas na atividade de coleta de reciclagem de resíduos sólidos, no Amazonas, em 2010, esta era de R\$ 666,73, valor superior ao salário mínimo que para o ano de 2010 era de R\$510,00. Quanto à situação educacional 17,3% dos catadores se denominaram como analfabetos. Apesar dos dados apresentados se referirem aos catadores de materiais recicláveis de uma forma geral, pode-se supor que a realidade vivenciada nos empreendimentos econômicos solidários do Amazonas e do município de Manaus referentes aos aspectos demográficos e a situação educacional não são muito diferentes da realidade observada pelos catadores individuais.

No entanto, com relação à renda, o mesmo não pode ser dito. Isso por que a partir do momento em que o trabalho ocorre de forma organizada e coletiva, a relação de negociação entre os empreendimentos e as empresas, apesar de se apresentar de forma desigual pode garantir valores maiores e melhores do que se a negociação ocorrer individualmente. Ao mesmo tempo, os catadores individuais se apropriam de todo o valor dos materiais vendidos, o que de certa forma não ocorre nos empreendimentos em que parte deste fica na própria cooperativa e/ou associação para fins de manutenção do mesmo. Para identificar prováveis diferenças entre os rendimentos dos catadores individuais e os organizados em cooperativas e/ou associações, há a necessidade de um estudo mais detalhado e profundo a esse respeito.

Apesar de marginalizados pela sociedade, os catadores vêm buscando se organizar em cooperativas, associações e no movimento de catadores com intuito de ganhar maior visibilidade tanto no âmbito empresarial quanto (e principalmente) no setor público. A Política Nacional dos Resíduos Sólidos está para provar que a organização desses trabalhadores não está sendo em vão, pois com essa Lei, os catadores têm lutado para obter o reconhecimento da sociedade quanto aos serviços prestados ao meio-ambiente, destacando o papel estratégico dos catadores e a necessidade de estabelecimento de programas de coletas seletivas nos municípios.

Por fim, a realização desse estudo foi apenas a primeira parte de uma pesquisa mais profunda a ser desenvolvida na monografia a ser apresentado para o Curso de Ciências Econômicas da UFAM. Espera-se também que este estudo possa servir para a realização de pesquisas mais avançadas e completas sobre o tema em questão.

## 5. REFERÊNCIAS

ABREU, Edinalva Perreira. **Condições de trabalho, saúde e condições de vida dos catadores de resíduos sólidos da Vila Vale do Sol em Aparecida de Goiânia-GO**. 2011. 66f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais e Saúde) PPGCAS – Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: E.Sader (org), **Pós-neoliberalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ARROYO, João; SCHUCH, Flávio. **Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário**. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento. In:\_\_\_\_\_. I CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, **Anais....** Brasília, 26 à 29 de junho de 2006. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B59B49C012B5DE9018F1B32/TxtComplementar\\_ConfNacEconSolidaria\\_Anais.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B59B49C012B5DE9018F1B32/TxtComplementar_ConfNacEconSolidaria_Anais.pdf)>. Acesso em: maio de 2015.

\_\_\_\_\_.Ministério do Trabalho. Acontece SENAES. Divulgação dos dados do SIES 2013. **Boletim informativo**. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Edição especial, 2013.Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A416FABB6014173C4E66C7839/Acontece%20SENAES%202013%20-%20n34%20ed%20especial.pdf>>. Acesso em: maio de 2015.

BENVINDO, Aldo Z. **A nomeação no processo de construção do catador como ator econômico e social**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília- Brasília,2010. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/6948>. Acesso: 13 ago. de 2015

BRASIL MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Atlas da Economia Solidária no Brasil: 2005-2007**. Brasília: MTE/SENAES, 2009. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies\\_atlas.asp](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies_atlas.asp)>. Acesso em: 27 maio de 2012.

CARLETTO, A.P. **Sociologia econômica e das finanças: um projeto em construção**. Editora: São Carlos, 2009.

CARVALHO, Virgínia; FREITAS, Thaisa; VILLAS-BOAS, Ewerton. Valores do trabalho em empreendimentos solidários: estudo de caso entre membros de uma cooperativa de coleta e reciclagem de lixo. In: **Revista do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social**, v.4, n.1,p.137-145. Jan/Jun. 2013.

CORRÊA, Ana Paula. **Economia solidária e inclusão social: o caso de uma associação de reciclagem de resíduos sólidos no município de Manaus**. 2010. 50f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) DEA/FES – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

CONCEIÇÃO, Márcio. **Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade: análise interdisciplinar das Cooperativas de reciclagem de lixo**. Campinas, SP: Átomo, 2005.

CULTI, Maria. **Economia Solidária: Geração de renda e desenvolvimento local sustentável**. Maringá: UNITRABALHO, 2010. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/nesth/ivseminario/texto6.pdf>>. Acesso em: 01 jan. de 2015

DIAS, Sônia Maria; BESEN. Gina Rizpah. Gestão pública sustentável de resíduos sólidos: uso de bases de dados oficiais e indicadores de sustentabilidade. **Revista Pegada**. São Paulo, vol.9, p. 113-134, agosto 2011.

EQUIPE DO INSTITUTO DE ASSESSORIA PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO – IADH. **Avaliação do programa nacional de incubadoras tecnológicas de cooperativas e empreendimentos solidários – PRONIC (Relatório final) – SENAES/MTE: Recife, 2011.**

EIDELWEIN, Karen. Economia Solidária: a produção dos sujeitos desnecessários. In: \_\_\_\_\_. **Mutações capital trabalho, cap. 2**. Jundiaí: Paco Editorial, 2011, p.33-60.

FERRARINI A. V. **Superação da Pobreza: o Desenvolvimento Local como Estratégia na Busca pela Sustentabilidade**. Rio Grande do Sul, 2. FORÚM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Disponível em: <[http://www.fbcs.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=4554&Itemid=1](http://www.fbcs.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=4554&Itemid=1)> .Acesso em: 1 out. de 2014.

GAIGER, Luiz. Empreendimentos econômicos solidários. In: CATANI, Antônio David (org). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

GENNARI, A. Globalização, Estado, neoliberalismo e desigualdade social no Brasil. In BENINI, A.E et al (org.). **Gestão Pública e Trabalho Associado: Fundamentos e perspectivas**. São Paulo: Outras expressões, 2011. p. 21-43.

HOBSBAWN, E. **Origens da Revolução Industrial**. Editora: São Paulo, 1985.

INSTITUTO ETHOS. **Política Nacional de Resíduos Sólidos: desafios e oportunidade para as empresas**. São Paulo, agosto, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. IPEA. **Diagnóstico sobre os catadores de resíduos sólidos**. Brasília: IPEA, 2011.

\_\_\_\_\_. **Boletim mercado de trabalho**, n 55. Brasília: IPEA, 2013.

\_\_\_\_\_. **Situação Social dos Catadores e das Catadoras de Material Reciclável e Reutilizável**. Brasília: IPEA, 2013.

\_\_\_\_\_. **Situação Social dos Catadores e das Catadoras de Material Reciclável e Reutilizável- Região Norte**. Brasília: IPEA, 2013.

LAVILLE, J.L; GAIGER, L.I . Economia Solidária. In: CATTANI, A.D. et al. (coord.) **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

LAVILLE, J.L. **Economia Solidária: uma Abordagem internacional**. Porto Alegre. Editora da UFRG, 2004.

LIMA, M.I. **Economia Solidária e Vínculos**. Novo Hamburgo; Ideias e Letras, 2012.

MAGALHÃES, Beatriz J. **Limiaridade e exclusão: os catadores de materiais recicláveis e suas relações com a sociedade brasileira**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD92MLVK/txo\\_final\\_para\\_cd.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD92MLVK/txo_final_para_cd.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 15 ago. de 2015.

MAIA, O.B. **Avaliação da atividade de reciclagem implementada pela associação de reciclagem ambiental (ARPA) como instrumento para geração de renda-um estudo de caso.** Manaus: EDUA, 2014

MEDEIROS, Luísa F.R; MACEDO, Kátia B. Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência? **Revista psicológica & sociedade**, n 18, v, 2, 2006.

MORAIS, Leandro Pereira. Economia social e solidária: do que se trata este complexo e controverso setor? Balanço, tendências e perspectivas para a análise do caso brasileiro. Balanço e perspectiva do trabalho no Brasil. 2007, Salvador. In: X Encontro Nacional. Associação Brasileira de Estudos do Trabalho. **Anais...**Salvador: BA, 2007. p.1-20, 1 CD.

NASCIMENTO, C.A.T. **A força do trabalho cooperativado em Manaus.** Manaus: EDUA, 2013

PINHEIRO, Daniel C. Economia solidária: uma revisão teórica a partir dos seus “múltiplos” conceitos. In: **Revista NAU Social**, v. 3, n. 5, p. 85-105. Nov/2012/Abr 2013.

PINTO, João. **Economia Solidária-de volta á arte da associação.** Porto Alegre: UFRGS, 2006.

POCHMAN, Marcio. **Economia solidária no Brasil:** possibilidades e limites. Brasília: IPEA, 2004. Disponível em: <[http://www.cultura.ufpa.br/itcpes/documento/es\\_possibilidades.pdf](http://www.cultura.ufpa.br/itcpes/documento/es_possibilidades.pdf)>. Acesso em: 27 maio de 2009.

SANTANA G J. Problematizando a Economia Solidária. In CARLETTO et al, **O movimento da Economia Solidária: a emergência de um movimento social pela humanidade, cap.3.** São Carlos, Editora: EDUFSCAR,2009.

SANTOS, Ivani. Determinantes dos rendimentos de catadores de materiais recicláveis no Brasil: uma abordagem a partir dos microdados da amostra do Censo IBGE 2010. **Revista Pegada.** São Paulo, vol. 14, n. 1, p. 298-322, julho, 2013.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_. **A Economia Solidária no Governo Federal.** Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf\\_textospaulsinger.pdf](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf_textospaulsinger.pdf)>. Acesso em: 27 ago. 2014.

SOUZA, J.A. **Catadores de lixo:** narrativas de vida, políticas públicas e meio ambiente. Jundiaí-SP, Paco Editorial, 2011.

TEIXEIRA, Pery. **Recenseamento Sócio-Demográfico Participativo da População Indígena da Cidade de Tabatinga (AM).** 2013. DEA/FES- Universidade Federal do Amazonas.

TEDESCO, João Carlos. Economia Solidária-novos processos e novas racionalidades no campo socioeconômico. In\_\_\_\_\_ CAMPOS, Ginez (org). **Economia solidária e reestruturação produtiva-(sobre)vivências no mundo do trabalho.** Passo Fundo:UPF,2001

VEIGA, Sandra. **Associações:** como construir sociedades sem fins lucrativos. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2001,

WENDHAUSEN, Enimar J. Et. al. Políticas públicas e empreendimentos solidários: o caso de Manaus. **Relatório Técnico de Projeto de Pesquisa,** FAPEAM, 2015.



